

representa**coop**


relações
institucionais

INFORME **RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

[semanal]

IRP Nº 50 – ano 2025

15 a 19 de dezembro de 2025

 **SistemaOcepar**
FECOOPAR | OCEPAR | SESCOOP/PR





Sumário

- REFORMA TRIBUTÁRIA EM DEBATE – PLP 108;
- AVANÇA NA CÂMARA PROPOSTA QUE FORTALECE INSTRUMENTOS DE CAPITALIZAÇÃO NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO;
- ORÇAMENTO ESTADUAL 2026;
- INVESTIMENTOS PREVISTOS NA LOA 2026;

REFORMA TRIBUTÁRIA EM DEBATE – PLP 108

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta terça-feira (16), o **Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, que dispõe sobre a criação e o funcionamento do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**. A matéria foi relatada pelo deputado Mauro Benevides Filho (CE) e segue agora para sanção ou veto do Poder Executivo.

Este é o **segundo projeto de lei complementar aprovado no âmbito da regulamentação da Reforma Tributária**, sendo fundamental para viabilizar a implementação do novo sistema de tributação sobre o consumo. O texto estabelece diretrizes institucionais e operacionais para a gestão do IBS, elemento central do modelo tributário aprovado pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

Em seu parecer, **o relator manteve a ampla maioria das alterações promovidas pelo Senado Federal, preservando também os dispositivos específicos aplicáveis ao cooperativismo**. A manutenção desses dispositivos assegura o respeito às particularidades do modelo cooperativo no novo sistema tributário, em consonância com as diretrizes constitucionais.

Diante desse novo cenário, as cooperativas devem estar atentas tanto às regras gerais do sistema de tributação do consumo quanto às disposições específicas aplicáveis a cada categoria econômica, conforme definido na regulamentação. **A OCEPAR e a OCB seguem acompanhando de forma permanente a tramitação e a implementação da matéria**, atuando para garantir que a regulamentação esteja plenamente alinhada às normas constitucionais relativas ao cooperativismo.



AVANÇA NA CÂMARA PROPOSTA QUE FORTALECE INSTRUMENTOS DE CAPITALIZAÇÃO NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados **aprovou o Projeto de Lei nº 3.162/2024, que autoriza a premiação de associados por meio de quotas-partes em sociedades cooperativas**. A matéria foi apreciada e aprovada nos termos do parecer do relator, deputado Josenildo (AP).

A redação do parecer foi **construída de forma articulada com o Sistema OCB e os sistemas cooperativos de crédito**, refletindo um processo de diálogo institucional voltado ao aperfeiçoamento do marco legal aplicável ao cooperativismo. O texto aprovado confere maior clareza normativa à utilização desse instrumento no âmbito das cooperativas.

O novo texto **delimita a modalidade de premiação exclusivamente à forma de quota-parte do capital social**, o que representa um avanço relevante para o fortalecimento dos mecanismos de incentivo, fidelização e capitalização oferecidos pelo cooperativismo de crédito aos seus associados, com segurança jurídica e em consonância com os princípios cooperativistas.

A OCB e o Sistema OCEPAR destacam e agradecem a atuação do deputado Sérgio Souza (PR) pela liderança na condução da temática e pela defesa consistente do cooperativismo de crédito no Congresso Nacional. A matéria segue agora para apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Comissão de Finanças e Tributação
(CFT) aprova **PL 3162/2024**
(premiação em forma de quota parte em
sociedade cooperativa)

representa^{coop}

SistemaOCB

ORÇAMENTO ESTADUAL 2026

O orçamento do Estado do Paraná para 2026 alcançou o montante histórico de **R\$ 81,6 bilhões**, conforme aprovado pela Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) por meio do projeto de lei nº 843/2025. Esse valor representa um crescimento de 4% em relação à LOA de 2025 e estabelece o orçamento estatal mais expressivo já registrado, com R\$ 7,1 bilhões reservados para investimentos prioritários em infraestrutura, saúde e educação.

Entre os principais destinos dos recursos estão áreas essenciais para o desenvolvimento social e econômico do Estado: educação receberá **R\$ 16,6 bilhões**, a previdência social **R\$ 15,7 bilhões** e a saúde **R\$ 10 bilhões**, com aumentos variando de 4% a 7% sobre o ano anterior — juntos, esses três blocos representam quase metade do orçamento total. A segurança pública será dotada de **R\$ 7 bilhões**, o Judiciário de **R\$ 5 bilhões**, enquanto transportes, área fundamental para logística e obras, contaram com **R\$ 3,3 bilhões**, expressiva alta de 49%, demonstrando a prioridade dada à mobilidade e infraestrutura viária.

No conjunto das despesas, o orçamento de 2026 prevê **R\$ 19 bilhões** para pessoal ativo, **R\$ 14,2 bilhões** para inativos, e **R\$ 23,4 bilhões** para custeio da máquina pública. Os investimentos e inversões financeiras totalizam **R\$ 7,3 bilhões**, com destino a obras, modernização e ações estruturantes. A reserva de contingência está fixada em **R\$ 1,8 bilhão**, o serviço da dívida em **R\$ 2,3 bilhões**, e os investimentos públicos incluindo empresas estatais somam outros **R\$ 2,7 bilhões** — o que demonstra um planejamento orçamentário amplo e diversificado.

Importante também registrar o processo democrático que permeou a aprovação da LOA 2026: foram apresentadas **3.538 emendas parlamentares**, incluindo 2.011 para despesa direta (totalizando R\$ 107,9 milhões), além de emendas programáticas, coletivas e populares, com participação de **84 municípios** por meio do programa “Orçamento de Todos”.

A estrutura de debates, por meio de consulta pública e deliberação na Comissão de Orçamento são instâncias importantes para firmar compromisso com a transparência e a responsabilidade fiscal, base essencial para o desenvolvimento do cooperativismo com o fortalecimento da interlocução institucional do Sistema Ocepar com os poderes públicos.



Imagem: Deputados membros da Comissão de Orçamento da ALEP: Evandro Araújo (relator do orçamento); Romanelli (presidente da comissão); Luiz Guerra (membro); Fábio Oliveira (membro); Professor Lemos (membro).

INVESTIMENTOS PREVISTOS NA LOA 2026

O orçamento do Estado do Paraná para 2026 apresenta um planejamento robusto de investimentos, alcançando **R\$ 7,1 bilhões, o maior volume já proposto pelo Governo Estadual**. O **acréscimo de 11% em relação à LOA 2025** reforça a estratégia de priorizar obras estruturantes e ações de modernização em diversas áreas, com foco no fortalecimento da infraestrutura, na ampliação dos serviços públicos e no apoio ao desenvolvimento econômico regional.

A maior parcela dos investimentos está concentrada em infraestrutura e transportes, totalizando mais de R\$ 1,4 bilhão, com intervenções estratégicas como a Ponte de Guaratuba, a restauração da PR-170 e a duplicação da PR-417. Esses aportes, somados aos R\$ 844 milhões destinados à modernização do sistema rodoviário estadual, **têm impacto direto na logística da produção agropecuária e na competitividade das cadeias produtivas**, especialmente considerando a relevância do escoamento para portos, centros urbanos e polos industriais.

No campo das políticas finalísticas, a saúde receberá **R\$ 1,1 bilhão, com ênfase na Atenção Básica e Hospitalar**, enquanto a educação contará com R\$ 848 milhões. **Para o setor agropecuário, destaca-se a previsão de R\$ 618 milhões em investimentos na agricultura, que incluem ações de inovação, modernização produtiva, mecanização, ampliação da irrigação e fortalecimento da infraestrutura de apoio rural**. Esse volume contribui diretamente para programas estruturantes como o Irriga Paraná, iniciativas de sustentabilidade hídrica, e para a expansão de capacidades que favorecem cooperativas e produtores integrados.

Outras áreas também registram aportes relevantes: R\$ 750 milhões em urbanismo, R\$ 476 milhões em segurança pública, **R\$ 444 milhões em ciência e tecnologia** e **R\$ 342 milhões em gestão ambiental**. O crescimento expressivo das funções Transporte e Urbanismo, que somam R\$ 4,1 bilhões, um avanço de 34%, evidencia a prioridade conferida à modernização da infraestrutura estadual, um elemento essencial para a competitividade do agro, sobretudo no contexto do aumento da produção, da diversificação das cadeias e da demanda crescente por logística eficiente.

Assim, o orçamento de 2026 consolida um ciclo de investimentos voltado a ampliar a capacidade estrutural do Estado, apoiar o desenvolvimento rural e fortalecer setores estratégicos da economia paranaense.



Como podemos melhorar nosso Informe?

Acesse o formulário pelo QR-code abaixo ou no link
<https://forms.office.com/r/xYwjCXWMUh> e deixe sua
sugestão e/ou opinião.

